

ly with Angola experience meant that “Angola” came to be a collective experience within Cuban society. In the memories of many Cubans – given the years of economic crisis which hit their island starting in the early 1990s after the Angola mission was ended – Angola remains a difficult phase in their history.

Nevertheless, on account of their socialisation in revolutionary Cuba, most Cubans were fundamentally persuaded not only of the success of the internationalist concept, but also that what they themselves were doing was right. Yet despite that fact, each and every one of those who volunteered to serve in Angola also had their own individual motives. For the vast majority, the time spent in Angola was their first opportunity to leave the island of Cuba and to travel abroad. Curiosity and a powerful desire to get to know the world beyond their Caribbean island was but one of the major reasons. A further important factor was the fact that internationalist service overseas was (and still is) held in high regard within Cuban society, being rewarded with social prestige – and possibly even with improved career opportunities – on returning home to Cuba. The Cuban internationalists – no matter whether they were civilian or military personnel – had their place of work and continued payment of wages guaranteed, as well as receiving a small additional pay in Angola. A fair number entertained the hope that a stay abroad would also improve their material situation, for example by enabling them to purchase western consumer goods.

The question regarding the financing of the entire Angola mission remains unanswered to the present day. While the Cuban government still insists on the internationalist principle that it acted out of pure altruism, it has been repeatedly assumed that the Angolan side provided services in

return for the mission – something which would have been perfectly justifiable, given the great magnitude of the operation.

A further question yet to be explored is how the Angolan population reacted to the civilian support by the Cubans, and what form the concrete co-operation between Angolans and Cubans took. The Cuban presence in Angola was ended by the terms of the peace treaty signed in New York in December 1988 by South Africa, the MPLA government, and Cuba, and in which the independence of Namibia was agreed conditional to the withdrawal of Cuban troops from Angola. The last Cubans returned home from Angola in mid-June 1991. Civilian auxiliary personnel from Cuba, now mostly recruited via international humanitarian organisations, were not deployed again in Angola until the end of the 1990s.

*Christine Hatzky is assistant professor at the Department of Non-European History of the University Duisburg-Essen, Postdoc-project on “‘Latin-African’ Solidarity – The Cuban Civilian Mission in Angola, 1975-1991”. E-mail: christine.hatzky@uni-essen.de.*

**Gilberto Calcagnotto**

## **Brasil 2005: Crise política versus reforma política?**

Neste pequeno artigo procura-se mostrar que, se por um lado a crise apresenta instituições investigativas em pleno funcionamento democrático, por outro a busca de uma reforma política feita às pressas – além de não encontrar respaldo na real vontade política dos parlamentares – não tem o apoio de cientistas políticos

pois seria apenas casuísmo ou escapismo, sem contribuir concretamente para a solução da atual crise partidária – uma solução que exige antes de tudo apuração dos crimes e punição dos culpados, ao invés de “pizza”<sup>1</sup>.

### Crise – a pedra e a avalanche

O arremesso de uma pedrinha provocou a avalanche: Em conversa com dois empresários supostamente interessados em um negócio, revelada pela revista *Veja* em meados de maio de 2005, o então chefe do Departamento de Contratação e Administração de Material dos Correios, Maurício Marinho, foi filmado ao receber 3.000 reais de propina e ao contar aos interlocutores um amplo esquema de propinas e nomeações nos Correios comandado, segundo ele, por Roberto Jefferson, então Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro PTB (um dos cinco partidos da coalizão governamental). Este, vingando-se, veio com a denúncia, em seis de junho, de que o PT pagava um *mensalão* (neologismo que designa uma mesada mensal extra e polpuda) a deputados do PL e PP, partidos da base governista, mensalão este operado pela cúpula do PT: o então ministro da Casa Civil, José Dirceu, o presidente do partido, José Genoíno, e o tesoureiro Delúbio Soares, tendo por intermediário o publicitário mineiro Marcos Valério Fernandes de Souza, encarregado de fazer os repasses aos deputados (v. cronologia da crise em <[www.oglobo.globo.com/jornal](http://www.oglobo.globo.com/jornal)> de 29.9.2005).

Trata-se, pelo que se ficou sabendo com o andar do trabalho das comissões, do

financiamento de campanhas eleitorais pelo *caixa dois* (eufemismo que designa a carteira de movimentação pecuniária não contabilizada, ou seja de dinheiro ilegal) tanto por partidos governistas como por partidos oposicionistas, mas também – muito mais grave – da compra de votos de parlamentares governistas (note bem, não oposicionistas!) e até de propinas em proveito pessoal ou partidário em troca de nomeações para empresas estatais e órgãos públicos, como foi o caso do então secretário geral do PT, Sílvio Pereira, presenteado com uma Land Rover pela GDK, empreiteira com negócios na Petrobras. A novidade não é tanto o fato em si, mas sim o seu caráter sistêmico e as proporções assumidas, que só em saques dos beneficiados pelo chamada *valerioduto* ultrapassaram 55 milhões de reais.

E o espectador neutro fica boquiaberto com a mal ajeitada tentativa do governo Lula para, primeiro, evitar a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito exigida pela oposição e, depois – baldados os seus esforços –, tentar controlá-la com a indicação de presidente e relator pertencentes, ambos, à coalizão governista. O paradoxo, no entanto, é que estes dois parlamentares, ao serem efetivados nestes cargos, passaram a comportar-se com alto grau de isenção, reconhecidamente atestado (embora com oscilações e diferenças de grau) por oposicionistas e governistas. Descontente, o governo conseguiu a instalação de nova CPMI, desta feita para investigar compra de votos inclusive no governo de Fernando Henrique Cardoso, para a aprovação da emenda constitucional que permitia a reeleição para cargos executivos (*Comissão Parlamentar Mista de Inquérito CPMI do Mensalão*). Finalmente, a oposição conseguiu maioria numa Comissão Parlamentar de Inquérito CPI – a dos Bingos – que o governo conseguiu evitar durante mais de um ano

<sup>1</sup> Eufemismo usado na mídia brasileira para designar um desfecho das investigações que acaba em impunidade para os culpados.

devido ao perigo de que se chegasse muito perto da área econômica, pondo em risco a continuidade da política de ajuste fiscal e estabilização monetária.

Há nesta profusão de instâncias investigativas do Legislativo, Ministério Público, Polícia Federal, Tribunal de Contas da União, em concerto nem sempre harmonioso, um sinal corroborado por muitos outros de que as instituições democráticas estão realmente em funcionamento e à altura da crise – até prova em contrário, pois há um temor generalizado de que, a exemplo de numerosas outras CPIs iniciadas com grande estardalhaço, estas também acabem em “pizza”, fato sempre possível dado o caráter eminentemente político e eleitoreiro de Comissões Parlamentares de Inquérito não só no Brasil, conforme artigo do autor em coletânea de Mariana Llanos recém publicada no Brasil sobre Controle Parlamentar na Alemanha, Argentina e Brasil.

Há dados que comprovam a eficiência direta e indireta do processo investigativo em curso, vigiado de perto pela mídia receosa de que tudo acabe em pizza. Só a “Comissão Parlamentar Mista dos Correios”, por exemplo, havia acarretado até meados de julho de 2005, o afastamento, suspensão, demissão ou queda de cerca de quarenta pessoas entre ministros (entre os quais o chefe da Casa Civil e braço direito de Lula, José Dirceu, já em meados de junho), parlamentares, dirigentes partidários e altos escalões da burocracia estatal nomeados por indicação governista. Após as renúncias dos presidentes do PTB e do PL, foi a vez da cúpula do PT (presidente, tesoureiro e secretário geral), levando a renunciar inclusive por pressão do Presidente Lula, que investiu até numa reforma ministerial para ajudar a recompor os quadros do PT, com o Ministro da Educação Tarso Genro passando a Presidente interino do PT e o da Saúde a res-

ponsável pela Comunicação do partido. E em princípios de setembro a mesa da Câmara recebeu da mesma CPI uma lista com os nomes de 19 deputados comprovadamente arrolados como beneficiários de repasses em dinheiro do empresário Marcos Valério, a mando do tesoureiro do PT. E em 4 de outubro, finalmente, a Corregedoria da Câmara aprovou o envio da lista, devidamente corrigida levando em conta 3 processos já concluídos ou em andamento, para decisão do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados e posterior decisão final sobre a cassação pelo plenário da Câmara em votação secreta.

E o Presidente da República, sabendo ou não do esquema, como tem funcionado? De modo ambivalente, proclamando-se inocente por um lado e resolvido a mandar apurar tudo, mas por outro lado tentando emperrar, na prática governamental, a instalação de CPIs devido ao receio de prejuízo à governabilidade; ora inaugurando obras e buscando apoio junto ao povo e aos movimentos populares para mostrar que o governo continua a governar e a manter-se acima de qualquer suspeita movida contra ele por elites corruptas, ora voltando-se às elites para reafirmar a manutenção da política econômica e para reconfirmar sua inocência e a do seu governo. Mas de Lula também se afirma ter partido a indicação dos novos nomes para a cúpula do PT, em meados de julho. De Lula, o pontapé para a retomada das discussões sobre a reforma política, já em princípios de junho. De Lula também um elenco de novas medidas anti-corrupção logo no início da crise. De Lula, o escrúpulo em não influenciar pessoalmente o andamento das CPIs ou de processos em curso na Polícia Federal. Desta ambigüidade nasce, em relação ao Presidente Lula, a impressão de desentendimento, incompetência, inapetência, indecisão.

### **Conseqüência: Níveis de confiança popular superados pelos de desconfiança**

Desta ambivalência resulta o vertiginoso crescimento numérico dos que consideram Lula como, no mínimo, incompetente ou mesmo conivente com a corrupção ao seu redor. Mas também há os que vêem no seu comportamento argumentos suficientes para considerá-lo o homem certo na hora e lugar certos. Em fins de setembro de 2005, ainda não dá para decidir qual dos dois grupos acabará mais numeroso em outubro de 2006, data das eleições. Pela primeira vez uma pesquisa de opinião (a do Datafolha de 10 de agosto) deu a Serra – contendor de Lula no segundo turno das eleições presidenciais de 2002 – a vitória contra Lula no segundo turno em 2006. E em setembro, outra pesquisa de opinião – desta feita, do IBOPE – constatou que a tendência de queda na popularidade de Lula havia estabelecido, fato que teria gerado grande satisfação nos quadros governistas, apesar da predominância dos que perderam sua confiança em Lula. Por que esta discrepância?

O problema fundamental aqui parece consistir na percepção, por altos escalões do governo Lula, de que, para obter maioria de votos num regime presidencialista de coalizão multipartidária, é preciso barganhar de cada vez com as bancadas parlamentares em termos de vantagens eleitorais esperadas ou expressas com apoios pecuniários a campanhas e outras iniciativas partidárias, já que presumivelmente não entendem outra linguagem, de tipo mais discursivo ou programático. Ora, este entendimento denota, em termos habermasianos, a invasão colonizadora da esfera política pela esfera econômica, que impõe à primeira seus próprios meios de intercâmbio, ou seja, o dinheiro, de pre-

ferência à vista, que dá para esconder em malotes ou malas sem passar por contas bancárias sujeitas a fiscalização, dinheiro “não contabilizado”, do “caixa 2” e, portanto, ilegal.

Não por acaso o mais baixo nível de confiança nas instituições democráticas da América do Sul é o que se encontra no Brasil, com vêm revelando as pesquisas anuais do *Latinobarómetro* de Marta Lagos. Paradoxalmente, o grau de sofisticação destas mesmas instituições no Brasil é dos mais altos no mundo inteiro, conforme o provam trabalhos empíricos realizados por cientistas políticos do mais alto nível, como Argelina Figueiredo e Fernando Limongi (CEBRAP e USP de São Paulo) ou Fabiano Santos (IUPERJ, Rio de Janeiro). Portanto, no contexto desta esquizofrenia político-institucional, a saída para a crise não estaria logicamente na apuração e punição efetiva dos culpados, mas sim em termos de um ulterior aperfeiçoamento legalista que acabaria por tudo acobertar, e o resultado provável seria tipo “pizza”.

### **Reforma política como estratégia escapista: Políticos x politólogos**

Coerente com este erro fundamental, já em meados de junho, Lula determinou ao ministro da Justiça que apresentasse, no prazo de 45 dias, um esboço de reforma política apto a ser aprovado urgentemente pelo Parlamento. Só que o governo “esqueceu” as três diferentes propostas de reforma política já em tramitação há vários anos no Parlamento e que “apenas” por falta de vontade política de ambas as partes (governo e parlamento) não foram levadas adiante. Os cientistas políticos brasileiros, em sua maioria, são tendencialmente contra a aprovação casuística da reforma política. Na opinião de dois dos

mais importantes pesquisadores brasileiros das instituições políticas no Brasil, “é preciso tomar cuidado com o hiperinstitucionalismo ingênuo, que acredita que tudo pode ser modificado por instituições públicas, apenas pela existência de regras”<sup>2</sup>, quando na verdade o efeito poderia ser o de piorar ainda mais a qualidade da democracia no Brasil. No pólo oposto deste espectro de posições, encontram-se cientistas políticos não menos renomados, tais como Bolívar Lamounier, para o qual, pelo contrário, a reforma política deveria ser de uma profundidade que levasse inclusive a substituir o próprio sistema presidencialista pelo parlamentarista.

Os quatro itens fundamentais da reforma em pauta são todos eles mais ou menos controversos, mesmo entre acadêmicos. São os seguintes: eleição de candidatos em listas fechadas (ou seja, pré-ordenadas por convenções partidárias), financiamento exclusivamente público aos partidos, cláusula de barreira para impedir mini-partidos e incentivo à fidelidade partidária.

Quanto às *listas “fechadas”* (ou: *pre-ordenadas*) em convenções partidárias, os adeptos da reforma argumentam que o eleitor votaria não mais em candidatos individuais, mas sim em partidos – o que o faria pensar menos na performance individual do candidato e mais no programa partidário, forçando portanto os partidos a melhorarem a qualidade de seu perfil programático (Lamounier). Os adversários rebatem apontando ser necessária, para que se alcance este objetivo, “uma forte participação dos filiados na vida partidária, o que daria legitimidade para as convenções que escolhem os candidatos e limitaria o poder dos caciques que coman-

dam a máquina partidária” – um pressuposto que falta no Brasil, onde “existe um grupo que controla as decisões partidárias até mesmo no PT” (Fernando Abrúcio, professor de ciência política na conceituada Fundação Getúlio Vargas de São Paulo).

A proposta do *financiamento exclusivamente público*, por sua vez, parece intrinsecamente ligada à de listas fechadas, que permitiram a distribuição diretamente ao partido e não a cada um dos candidatos, o que tornaria o controle praticamente inexecutável (por exemplo, as eleições municipais de 2004 tiveram mais de 300.000 candidatos). Mas mesmo havendo algum tipo de solução operacional, quanto ao mérito da questão, os acadêmicos advertem que, mesmo assim, o “caixa 2” não ficaria impossível para empresas interessadas em financiar determinados candidatos sem dar-se a conhecer publicamente, como adverte, por exemplo, Octávio Amorim Neto, professor de Ciência Política na pós-graduação de Economia da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Aqui também Limongi aponta para o fato de o financiamento público já existir no Brasil e em proporções nada desprezíveis, como o comprovam os recursos do Fundo Partidário repassados pelo Tribunal Superior Eleitoral<sup>3</sup> e o horário eleitoral gratuito (utilizado pelos partidos na proporção de sua representação parlamentar).

Outra deficiência considerada já clássica no sistema partidário brasileiro diz respeito à *alta infidelidade partidária*, caracterizada pela frequência com que os parlamentares trocam de partido sem qualquer sanção. Dos 513 deputados eleitos

<sup>2</sup> Fernando Limongi e Argelina Figueiredo, do renomado Centro Brasileiro de Análise e Planejamento CEBRAP de São Paulo.

<sup>3</sup> Foram distribuídos pelo Fundo Partidário R\$ 112.695.092,00 em 2004, conforme informação de <[www.votoconsciente.org.br](http://www.votoconsciente.org.br)>.

em 2002, 145 deputados (quase 30%) haviam mudado de partido pelo menos uma vez até julho de 2005. Somente no mês de setembro de 2005 (último prazo para mudanças antes das eleições de outubro de 2006), mais 26 deputados migraram para um novo partido (*O Globo* 30.9.2005). Em alguns partidos, como por exemplo o Partido Trabalhista Brasileiro PTB, com 44%, e o Partido Liberal PL, com 57%, o coeficiente de trocas alcança valores bem acima da média de 40% encontrada para o Brasil de 1982 a 1990, quando o que se julga tolerável para democracias estáveis não passa de 9%<sup>4</sup>. O grave é que, ao contrário da década de 80, esta troca já não obedece a critérios de reagração partidária, como constata o cientista político Carlus Ranulpho Felix de Melo, da Universidade Federal de Minas Gerais, e sim a critérios eleitorais, pois a maior parte das migrações ocorre no primeiro ano legislativo, “quando os deputados buscam a melhor legenda, já de olho nas eleições municipais do ano seguinte”. Nesta intensidade, a troca de partido significa “fraudar o eleitor”, afirma Lamounier. Para Abrúcio, a Câmara dos Deputados já deu um passo no rumo certo, ao mudar o critério para a distribuição de cargos na Mesa e para a composição de comissões: o resultado das eleições e não mais a proporção de cadeiras na posse dos deputados, critério que ensejava a correria de um partido para outro nos três meses entre as eleições e a posse.

Finalmente, a necessidade de pôr fim à proliferação de pequenos partidos recebeu nova confirmação durante a atual crise, ante o fato de que os partidos mais

vulneráveis aos fatos ora incriminados (caríssimas campanhas eleitorais, compra de votos ou até de filiação partidária) eram justamente os partidos pequenos. Pela Lei Partidária promulgada ainda em 1995 no Governo Cardoso, entraria em vigor em 2006 uma “cláusula de barreira” que exigiria a obtenção de 5% dos votos válidos (excluídos os nulos e brancos), distribuídos por pelo menos nove estados com um mínimo de 2% em cada um, para que o partido eleito usufruísse dos direitos de bancada e participação no Fundo Partidário. Ora, ao invés de confirmar esta lei – se aplicada nas eleições de 2002, apenas 7 partidos teriam aqueles direitos na atual legislatura (contra os 14 atuais) –, a nova posição governista cedeu à pressão dos partidos pequenos e defende baixar a cláusula para 2%. A controvérsia continua viva. Uma proposta menos controversa é a que prevê a introdução de uma “federação de partidos” com duração mínima de três anos, em lugar da “coligação eleitoral”, subterfúgio muito usado por pequenos partidos para se elegerem e, em seguida, desfazerem a coligação ao sabor da correlação de forças.

A nível político, porém, após a eleição do novo Presidente da Câmara dos Deputados em fins de setembro de 2005, parece delinear-se um consenso quanto a uma reforma política “emergencial” voltada a diminuir os custos de campanha já em 2006 e, assim, baixar a pressão sobre o “caixa 1” dos partidos, pressão esta considerada pela maioria dos parlamentares como uma das causas do “caixa 2”. Reformas mais profundas ficariam para depois. Enquanto isso, o presidencialismo de coalizão multipartidário brasileiro continuará, em nome da governabilidade, a valer-se de recursos presidenciais, tais como a liberação seletiva de emendas parlamentares, as nomeações de cunho político para os vários escalões da administração públi-

<sup>4</sup> Trata-se do “Índice Pedersen de Volatilidade Eleitoral”, que mede a percentagem de cadeiras mudando de partido entre uma eleição e outra.

ca e assim por diante – recursos agora mal afamados devido ao abuso sistêmico que vem sendo investigado e acabará punido; isto, caso a “marcação” da opinião pública e dos políticos honestos continuar cerrada.

**Gilberto Calcagnotto**, *sociólogo brasileiro, pesquisador do Instituto de Estudos Íbero-Americanos de Hamburgo, com publicações sobre movimentos sociais brasileiros e processos de transformação e integração econômica e política. Endereço eletrônico: calcagnotto@iik.duei.de ou calcagnottogilb@aol.com.*